

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1. AÇÃO .....</b>	<b>23</b>
1.1. Teoria da ação .....	23
1.2. Teoria eclética, condições da ação e o CPC/73 .....	25
1.3. Teoria da asserção .....	28
1.4. Condições da ação no CPC/15 .....	34
1.5. Pressupostos processuais .....	39
1.5.1. Pressupostos processuais negativos .....	41
1.6. Interesse de agir .....	45
1.6.1. Identificação do interesse de agir .....	51
1.6.2. Elementos do interesse de agir .....	52
1.6.3.1. Necessidade .....	55
1.6.3.2. Utilidade .....	57
1.6.3.3. Adequação .....	60
1.7. Interesse processual .....	63
1.8. Interesse público e interesse institucional .....	66
<b>CAPÍTULO 2. RECURSO .....</b>	<b>71</b>
2.1. Inafastabilidade do controle jurisdicional .....	71
2.2. Duplo grau de jurisdição .....	73
2.3. Direito de ação e direito ao recurso .....	80
2.4. Objeto do recurso .....	86

2.5. Conceito de recurso .....	90
2.6. Correção de erro material, esclarecimento e integração .....	93
2.7. Invalidação, declaração de inexistência e reforma .....	95
2.8. Julgamento .....	99
2.9. Juízo de mérito .....	105
2.10. Juízo de admissibilidade .....	108
2.11. Pontos de contato entre os requisitos de admissibilidade da causa e do recurso .....	115
2.12. Condições do recurso como fenômeno afirmado .....	120
2.13. Legitimidade recursal .....	124

### **CAPÍTULO 3. INTERESSE RECURSAL ..... 129**

3.1. Considerações iniciais .....	129
3.2. Necessidade .....	136
3.3. Utilidade .....	140
3.3.1. <i>Sucumbência</i> .....	142
3.3.1.1. Interesse recursal para recorrer apenas de questão prejudicial .....	151
3.3.1.2. Interesse recursal para recorrer de decisão que extingue o processo sem resolução do mérito .....	156
3.3.1.3. Interesse recursal para recorrer da decisão inexistente, rescindível ou inexigível .....	163
3.3.1.3.1. Interesse recursal para recorrer de sentença resultante em dolo, coação, simulação ou colusão .....	169
3.3.2. Utilidade sem sucumbência .....	170
3.3.3. Atualidade e interesse recursal eventual .....	173
3.4. Interesse-cabimento .....	175
3.4.1. Fungibilidade .....	183
3.4.2. Convertibilidade .....	187
3.5. Interesse recursal do terceiro prejudicado .....	189
3.6. Interesse recursal do Ministério Público .....	197
3.7. Interesse recursal do amicus curiae .....	199

<b>CAPÍTULO 4. O CPC/15 E O INTERESSE RECURSAL .....</b>	<b>201</b>
4.1. Estabilização da tutela antecipada e interesse recursal presumido .....	201
4.2. Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias .....	203
4.2.1. Interesse complexo .....	203
4.2.2. Interesse condicionado, eventual ou virtual .....	208
4.2.3. Cabimento de apelação para impugnar exclusivamente decisão interlocutória .....	212
4.2.4. Decisão parcial terminativa ou decisão parcial de mérito e cabimento do recurso contra decisões interlocutórias até então prolatadas .....	217
4.2.5. Decisão prolatada contra terceiro e contra auxiliar do juízo .....	221
4.3. Sistema de precedentes vinculantes e interesse recursal .....	224
4.3.1. Formação de precedente como efeito do recurso .....	226
4.3.2. Formação do precedente como objeto do recurso .....	229
4.3.3. Modificação do objeto do recurso em decorrência de desistência, abandono ou perda superveniente do interesse recursal do recorrente .....	233
4.3.4. Interesse recursal do Ministério Público e do <i>amicus curiae</i> .....	236
4.3.4.1. Cabimento do recurso para formação de precedente de abrangência nacional .....	240
4.3.5. Interesse recursal do vencedor .....	243
4.4. Lei 13.256/16 e interesse recursal .....	245
4.4.1. Artigo 1.030, I, agravo interno e a sua pretendida irrecorribilidade .....	246
4.4.2. Inadmissão de recursos excepcionais por mais de um fundamento. A interposição simultânea de agravo interno e agravo em recurso especial e extraordinário. ....	252
4.4.3. Sobrestamento de recurso excepcional, na forma do 1.030, III e a desnecessidade do agravo interno .....	254
4.4.4. Encaminhamento para juízo de retratação .....	256
 <b>CONCLUSÃO .....</b>	 <b>259</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>265</b>